

A CASA
CASA A RAÇIA
DEMOCRACIA
ESPAÇO
PODER



A Assembleia da República como possibilidade de ensaio sobre as relações entre espaço e poder

Susana Ventura

A pedido da autora o presente texto não utiliza o Acordo Ortográfico de 1990

“Diz-se civil a situação de qualquer estado; mas ao corpo inteiro do estado chama-se cidade e aos assuntos comuns do estado, que dependem da direcção de quem o detém, chama-se república. Depois, chamamos cidadãos aos homens na medida em que, pelo direito civil, gozam de todas as comodidades da cidade, e súbditos na medida em que têm de submeter-se às instituições ou leis da cidade,”

– Espinosa, *Tratado Político*.¹

“Quando um grego fala de *pólis* pretende, antes de mais, indicar a sede, a residência, o lugar em que um determinado *génos*, uma determinada estirpe, uma gente (*gens/génos*) tem as suas raízes. [...] A *pólis* é o lugar onde determinada gente, específica no que toca a tradições e costumes, tem a sua sede, reside, onde tem o seu próprio *éthos*. [...] Esta especificidade ontológica e genealógica do termo *pólis* não está presente no termo latino *civitas*. [...] *Civitas* é um termo que deriva de *civis*, portanto, de certo modo surge como produto dos *cives* quando se reúnem num mesmo lugar e se submetem às mesmas leis. [...] Para os romanos a *civitas* é, desde sempre, aquilo que é produzido pela reunião de várias pessoas sob as mesmas leis para lá de qualquer especificidade étnica ou religiosa,”

– Massimo Cacciari, *A cidade*.²

1 Espinosa, *Tratado Político*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2008, p. 93. O *Tractatus Politicus*, de Espinosa, ficou incompleto com a morte deste a 21 de Fevereiro de 1677 e tinha por objectivo a actualização de algumas das suas posições no anterior *Tractatus Theologico-Politicus*.

2 Massimo Cacciari, *A Cidade*. Barcelona: Gustavo Gili, 2010 [2004], pp. 9-10.



► Cerco do Palácio de São Bento, Grande manifestação da construção civil / Siege of the Palace of São Bento, Great protest of construction workers

Miranda Castela
12-13 de Novembro de 1975 /
12-13 November 1975
Sem especs. / No specifications
Colecção / Collection:
Arquivo Histórico Parlamentar
(Historical Parliamentary Archives)

Bento de Espinosa, no seu *Tratado Político*, utiliza o sentido romano de cidade (*civitas*) referindo-se ao conjunto de cidadãos que vive num mesmo lugar (gozam as comodidades) e se submete às mesmas leis, expressão do poder soberano.³ Interessantemente, ao pensar sobre a cidade, Massimo Cacciari opta por esclarecer as diferenças existentes entre a *pólis* grega, que designava um grupo étnico preciso (a cidade-estado era sempre de uma etnia), e o conceito dinâmico da raiz romana *civitas* como “confluência de elementos diferentes, de tradições e línguas diferentes”⁴, estando, sobretudo este último, presente no que hoje designamos de cidade europeia. Nós, de facto, concebemos a cidade como lugar para onde as pessoas confluem ao aceitarem e obedecerem a uma lei⁵.

Um século depois do *Tratado Político* de Espinosa, Rosseau no seu *Contrato Social* lamenta, curiosamente, que o sentido de cidade estivesse a desaparecer entre os modernos, lembrando que as casas fazem a urbe (*ville*), mas os cidadãos fazem a cidade (*cité*)⁶. Esta confusão, porém, tem permitido a muitos arquitectos reclamar uma raiz política para a cidade enquanto forma urbana, a qual pretendem remeter para a *pólis* grega, de onde derivam, precisamente, as palavras *politiké* (política, em geral) e *politikós* (respeitante aos habitantes da *pólis*). No entanto, na *pólis* grega, o vínculo era

à estirpe e não à lei. Sentidos arcaicos à parte, a nossa formulação procura tirar partido da ambiguidade que se foi construindo em torno da ideia de cidade em que não é só a lei que a rege e une os seus cidadãos – que define o seu ser político mas também o espaço e a forma das edificações que a compõem.

O edifício da actual Assembleia da República, assento do Parlamento Português, revela-se-nos um exímio exemplo. Tendo sido cenário e palco de sucessivos sistemas políticos, interessa-nos averiguar como é que estes poderão ter condicionado a forma do edifício (atendendo, simultaneamente, à sua composição e organização arquitectónicas e à apropriação e utilização dos seus espaços, sejam estas de natureza funcional ou simbólica), o espaço que o delimita e o que o próprio delimita, por fim, na cidade onde se insere. A história que acumula, cruzando importantes movimentos sociais e políticos – da monarquia constitucional à conquista plena da liberdade, linguagens arquitectónicas seculares e contemporâneas do estilo chão ao moderno reinventado, estimula uma compreensão que não deve ater-se somente à sucessão dos acontecimentos para procurar fundar o próprio sentido do que é o espaço político no nosso presente, embora estejamos conscientes que o conjunto de questões que pretendemos lançar reflecte, ainda e apenas, uma pequena parte.⁷

Num texto recente, Jonas Staal, artista holandês, explica a relação que encontra entre forma e ideologia a partir do exemplo do confederalismo democrático ou democracia sem estado emergente na Região Autónoma de Rojava, após a separação desta zona curda do regime de Assad. Para Staal, trata-se de pensar uma forma nova de Parlamento como espaço coreográfico, onde, em vez do tradicional parlamento onde são ensaiadas as decisões de um poder governamental (muitas vezes segundo guiões), existe uma democracia sem estado, cujas decisões advêm da participação colectiva da comunidade. De certa forma, é neste momento que a arquitectura é expressão de uma ideologia e num sentido em que ambas, arquitectura e ideologia, se fundem e constroem mutuamente (a arquitectura torna-se parte do processo de participação colectiva e uma interveniente performativa). Quando Rojava declarou a autonomia do regime de Assad, as infra-estruturas do antigo regime perderam a sua forma, o que as unia enquanto expressões daquele poder. A prática da democracia sem estado esvaziou todas as estruturas governamentais de sentido, assim como as próprias formas se metamorfosearam para criar espaços apropriáveis pela comunidade: os antigos monumentos a Assad e ao seu pai converteram-se em monumentos aos mártires e pensadores da nova revolução, os edifícios militares transformaram-se

em escolas, os parlamentos municipais foram ocupados por comunidades e cooperativas. A ideologia mudou a natureza e o significado da forma”, escreve Staal.⁸

A trabalhar juntamente com os revolucionários curdos, Staal e a sua organização *New World Summit* criaram um novo edifício parlamentar que, na sua forma, pretende expressar as proposições ideológicas do novo sistema político: auto-governança, direito à auto-defesa, economia comunal e igualdade de género. Curiosamente, a comunidade de Rojava pretendia trazer para a forma do seu parlamento as origens da democracia que identificavam na *ágora* grega como o lugar onde a política havia nascido (salvaguardamos o desconhecimento do sentido original de *pólis*, uma vez que a comunidade de Rojava afirma a diversidade presente na região, comunicando, simultaneamente, em Assírio, em Árabe e em Curdo) e assumir o parlamento como espaço comunal em si. Staal e a sua organização chegaram a uma forma semiesférica, numa tentativa de deslocar o poder de um centro e colocar todos os participantes da assembleia numa posição igualitária, na qual inscreveram, em todos os elementos do desenho, os diferentes valores em que o novo sistema político se baseia. As expressões “confederalismo”, igualdade de género e comunalismo aparecem escritas ao longo dos arcos circulares nas três línguas, enquanto na

3 O político é, para Espinosa, um modo da natureza do ser humano que, perante a impossibilidade de sobrevivência de forma isolada, combina a sua potência individual com a de outros, de modo a encontrar uma potência comum não porque tenha na origem uma unanimidade das vontades individuais, ou sequer da sua maior parte, mas por congregar em si força bastante para se impor comumente a todos; nas ditaduras, esta potência encontra-se nas mãos de, apenas, um indivíduo capaz de lançar o medo sobre todos os outros que passam a obedecer-lhe, Diogo Pires Aurélio, Potência e Direito, Introdução ao Tratado Político de Espinosa, *Op. Cit.*, p. 21.

4 Cacciari, *Op. Cit.*, p. 14.

5 *Idem*, p. 24.

6 Nota do tradutor Diogo Pires Aurélio ao *Tratado Político* de Espinosa, *Op. Cit.*, p. 214.

7 O trabalho que a Casa da Arquitectura se propõe levar a cabo para reunir uma importante base de dados, agregando projectos que se encontram em instituições distintas, abrirá certamente a possibilidade de várias investigações nesta área.

8 Jonas Staal, Ideology = Form. *In e-flux journal*, N.º 69, January 2016.

cobertura da calota estão pendurados vários fragmentos de bandeiras pintadas à mão das várias organizações envolvidas no processo de libertação.

Este exemplo recente permite-nos recuar até a um sonho nascido da Revolução Liberal de 1820, do qual nasceu a primeira Constituição Portuguesa, em 1822 (cuja alusão pictórica de José Veloso Salgado encima a sala do Parlamento Português), e compreender melhor como é que a forma (entendendo-a à semelhança de Staal, na qual se incluem, igualmente, a coreografia dos corpos e das suas acções e a iconografia) revela as ideias que estão na base de uma determinada ideologia política e como essa interdependência pode determinar, por sua vez, a relação entre o poder político e a cidade.

No edifício da Assembleia da República, reconhecemos algumas ideias que ensaiam esta nossa hipótese,⁹ começando pela implantação e fundação do Mosteiro de São Bento da Saúde, em 1598, que expressa desde logo o poder religioso na Lisboa quinhentista, cuja proximidade ao poder real era inquestionável, traduzindo-se, igualmente, num poder territorial. Os mosteiros e os conventos foram responsáveis, desde o início da existência de vida monástica, pela organização do território e, nas grandes cidades, pelo desenvolvimento do tecido urbano em seu redor. Era de interesse

dos frades beneditinos a localização de um mosteiro perto do centro da cidade e, sobretudo, da frente ribeirinha onde se localizavam, já à data, várias casas da Nobreza e várias oficinas e actividades comerciais, ao contrário do primeiro mosteiro construído por esta Ordem, em Lisboa, situado no que veio a ser a Estrela, de dimensões reduzidas e impacto menor na paisagem. Como quer que o primeyro Mosteyro que o nosso Padre Reformador edificou em Lisboa era muy pequeno em sy, & tinha a seruentia algum tanto dificultosa assim no inuerno, como tãobem no verão por respeyto da calma, ordenou a Religião, que se fundasse outro Mosteyro mais perto da Cidade pera mayor commodidade do pouo ao pee da calçada sobredita. Principiouse no anno de 1598, sendo Geral nosso Padre Frey Balthezar de Braga no seu segundo trienio, fez a traça o famoso Architeto Balthezar Aluares. () Quem vir este Mosteyro acabado, & perfeyto, pello que agora julgamos da traça, & de seus principios, bem creio, que o pora entre os mais insignes, & de mayor magestade que há em Hespanha ¹⁰.

O projecto era muito claro nas suas ambições territoriais e arquitectónicas, traduzidas, reciprocamente, numa escala e forma singulares no contexto ibérico. O projecto original de Balthazar Álvares do qual se conhecem alguns desenhos realizados por um dos monges da companhia anos mais tarde partia de uma

⁹ Estas ideias são apresentadas ao longo de quatro secções na exposição A Casa da Democracia: entre Espaço e Poder.

¹⁰ Descrição do Mosteiro de São Bento da Saúde por Frei Leão de São Tomás, em 1644. In Afonso, Simonetta Luz (coord.); *Os Espaços do Parlamento: da Livraria das Necessidades ao Andar Nobre do Palácio das Cortes, 1821 - 1903*. Lisboa: Assembleia da República, 2003, p. 103.



planta quadrada, cuja escala poderemos imaginar pela dimensão da fachada principal construída, contendo quatro claustros. Apesar do esquema incompleto, em que foram edificados apenas dois dos claustros e parte da construção que os envolve para ambos os lados, o corpo do edifício passou a constituir uma referência na paisagem, determinando, por conseguinte, uma crescente urbanização nas áreas contíguas. Esta característica permite-nos indagar sobre a própria génese do espaço metropolitano (o nosso espaço actual), em que os corpos de referência ou os corpos-edifício (herdados do espaço urbano de que o mosteiro foi fundador) transcendem os limites, lançando-se ao longo das directrizes do seu movimento ¹¹, o que se intui da rápida consolidação do tecido construído e da conversão da área de São Bento num importante centro de vida urbana, reforçada, posteriormente, pela transformação do mosteiro desactivado após o decreto da comissão para a reforma eclesiástica que extinguiu as ordens religiosas, em 1833 em Palácio das Cortes. Esta apropriação enquadra-se na alteração e mudança de poderes que não poderá, no entanto, ser reduzida a uma leitura funcional, que tem salientado as dimensões do conjunto edificado como adequadas às necessárias para a vida parlamentar, nomeadamente, para a instalação da Câmara dos Pares e da Câmara dos Deputados (à data da adaptação, a Constitui-

ção definia um sistema bicameral). A localização do mosteiro extinto, próximo do Palácio das Necessidades onde a família real tinha aposentos naquele tempo, a consolidação da malha urbana reforçada com a conversão daquela área, após o terramoto de 1755, numa alternativa à Baixa, decerto pesou, igualmente, na escolha deste lugar como novo centro de poder político e expressão dos valores afirmados na Constituição. No entanto, parecem-nos, ainda, circunstâncias do decurso dos acontecimentos e da fatalidade do destino quando antevemos uma outra possibilidade (precisamente a que nos pode dar uma indicação de uma *antevisão* beneditina sobre a relação entre espaço e poder).

Na carta topográfica de Lisboa da autoria de Filipe Folque, de 1882, sobrepõe-se, a vermelho, a indicação dos melhoramentos ou projectos para várias zonas da cidade, destacando-se a vontade de transformação efectiva do Palácio das Cortes em centro urbano, a partir do qual seriam abertas várias avenidas, inclusivamente, a Avenida do Palácio Legislativo, que ligaria o Palácio à frente ribeirinha (um prenúncio que apareceu em vários projectos daquela que mais tarde viria a ser a actual Avenida Dom Carlos). O Palácio das Cortes era, sem dúvida, na cidade de Lisboa de finais do século XIX, um centro de poder ou um agenciamento: Um agenciamento na sua multiplicidade

trabalha simultânea e forçosamente sobre fluxos semióticos, fluxos materiais e fluxos sociais”¹². O agenciamento, como Deleuze & Guattari o pensaram, possui dois lados, um pertencente à máquina abstracta do desejo, que tem por fim último a conexão de diferentes linhas de fuga e conseqüente criação de multiplicidades ou formas heterogéneas (Um agenciamento está tanto mais em afinidade com a máquina abstracta que apresenta linhas sem contorno que passam entre as coisas e goza de uma potência de metamorfose ¹³) e um outro lado territorializante, presente, por exemplo, no aparelho de Estado, em que as conexões deixam de produzir linhas criativas para formar estratos sucessivos, perdendo-se a potência de metamorfose e caindo-se no instituído (o lado que determinou a necessidade de uma fachada institucional, desfasada da linguagem arquitectónica do seu tempo).

Do lado da máquina abstracta, esteve, certamente, o modelo arquitectónico dos frades beneditinos que, com a ousadia da sua escala territorial e do seu desenho, conseguiu transformar todo o território em redor, gerar uma vida urbana única (antecessora do espaço metropolitano) que perduraria até ao Estado Novo, forma absoluta do aparelho de Estado que eliminou, por fim, a existência de um espaço público, recuperado quando uma outra linha de fuga se fez passar

pelo poder político (as revoluções são sempre agenciamentos maquínicos, que têm origem na máquina abstracta e, que devido ao lado do agenciamento voltado para a estratificação, implicam, depois, uma reterritorialização nem sempre fácil: a Constituição Portuguesa de 1976 é expressão dessa “esquizofrenia”, como revela António Barreto¹⁴).

Pela forma e pela apropriação do espaço público, podemos estabelecer, igualmente, uma relação directa com os sucessivos sistemas políticos. Curiosamente, quando o mosteiro beneditino é transformado em Palácio das Cortes e enquanto não assistimos à aniquilação do espaço público pelo Estado Novo, todas as manifestações, fossem de oposição, protesto ou celebração, eram realizadas e conduzidas como que transversalmente à fachada principal do edifício, devido, exactamente, à sua condição topográfica e urbana por entre diversas vias entrelaçadas com escadas, que transpunham o acentuado declive junto ao Palácio. O Palácio partilhava o espaço público da cidade e estimulava a vida urbana, reforçada, ainda, pela presença do mercado de São Bento, no lado que deita para a rua homónima, de forma quase anónima, não fosse o carácter simbólico que entretanto começara a ser afirmado com as obras de embelezamento na fachada principal.

¹¹ Massimo Cacciari descreve como no espaço metropolitano subsiste uma hierarquia entre edifícios, em que todo o corpo-edifício de referência é chamado a desempenhar uma tarefa definida, tem qualidades e propriedades específicas. Deste ponto de vista, o espaço metropolitano não difere substancialmente do espaço urbano a não ser pelo facto de transcender os velhos limites, lançando-se ao longo das directrizes do seu movimento, Cacciari, *Op. Cit.*, p. 46. Relevantemente, Cacciari relembra: A evolução no sentido da metrópole foi possível porque o ponto de partida da cidade europeia não foi a *pólis* grega, mas a *civitas* romana. A nossa ideia de cidade é totalmente romana, é *civitas mobilis augescens*, facto fundamental como demonstra a

transformação urbanas, das revoluções políticas que têm a cidade como centro, *Idem*, p. 30.

¹² Gilles Deleuze & Félix Guattari, *Capitalismo e Esquizofrenia 2: Mil Planaltos*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004 [1972] p. 47.

¹³ *Idem*, p. 650.

¹⁴ Na ausência de um poder democrático, sem autoridade, com uma Administração Pública e umas Forças Armadas divididas e instáveis, sem legitimidade comprovada, sem uma legalidade indiscutível, foi esta Constituição que preservou a democracia. Que a criou. Saída de um golpe, a Constituição conseguiu estabelecer um equilíbrio entre as suas fontes tão diversas e entre as forças políticas emergentes. A construção política e jurídica da Constituição ficou a dever a inspiração à democracia, ao corporativismo, ao comunismo, ao socialismo, à social-

-democracia, à democracia cristã e às experiências de ditaduras de desenvolvimento e de autocracias do Terceiro Mundo. Sem esquecer a cooperativa e a autogestão. Foi, paradoxalmente, graças a esta mistura que a Constituição nos protegeu de várias tentativas despóticas que espreitavam. O texto é um emaranhado inacreditável de dispositivos de defesa perante os perigos que, reais ou fictícios, todos os partidos anteviam. Tratava-se de tornar impossível o regresso ao fascismo e ao corporativismo, de evitar o comunismo, de proteger a República contra o Sidonismo e de contrariar as veleidades dos militares do MFA. Procurava-se evitar as armadilhas da democracia parlamentar, formal e burguesa, dando assim lugar a novos poderes (dos militares ou dos

sindicatos de trabalhadores) que fossem capazes de se sobrepor aos direitos e poderes dos cidadãos. Esperava-se eliminar ou conter o caciquismo local e regional, assim como os poderes da Igreja. Tentava-se criar um regime de socialismo avançado e de estabelecer todos os novos direitos dos cidadãos imagináveis. Proclamava-se a sociedade sem classes e o primado do colectivo sobre o indivíduo. Desejava-se criar um regime eterno, com uma Constituição intocável, isto é, cujas principais disposições não seriam jamais corrigidas, revogadas ou revistas! António Barreto, Em Defesa de uma Constituição positiva e simples. *In Observador*, 22 de Abril de 2015.

Durante o Estado Novo, o projecto de Cristino da Silva veio eliminar qualquer expressão de vida urbana no espaço público, desenhando uma Zona de Protecção do Palácio da Assembleia Nacional, como se intitulava o projecto, no sentido de se obter um vasto conjunto de aspecto grandioso destinado a valorizar tanto quanto possível o Palácio da Assembleia Nacional¹⁵, demolindo, inclusivamente, o mercado de São Bento, que o arquitecto considerava inestético.¹⁶ O projecto de Cristino da Silva para o espaço público utiliza a arquitectura e o seu desenho como instrumentos de submissão e controlo do espaço político da cidade. E a valorização do Palácio mostrou-se equivalente à valorização de um monumento histórico, o que em certa medida parecia ser adequado para o lugar morto a que o Estado Novo votou o Parlamento.

Um fim idêntico conheceu a fachada principal do antigo mosteiro beneditino, que, na opinião de muitos historiadores, correspondia a um dos melhores exemplos do estilo chão da arquitectura portuguesa. Nas palavras de Raquel Henriques da Silva: Estes monumentos [referindo-se ao conjunto de obras de Balthazar Álvares, incluindo o mosteiro de São Bento] são peças maiores da arquitectura portuguesa que, sem nos determos nas suas significativas diversidades estilísticas, definem o essencial do nosso Maneirismo, também, designado, desde

o estudo pioneiro de Georges Kubler, por “estilo chão”. Simplificando muito, ele caracteriza-se por uma expressiva valorização das massas construídas, geometrizadas e pouco ornamentadas, por uma unificação dos espaços internos e, interna e externamente, por uma austera e subtil utilização da luz como recurso plástico¹⁷. Esta descrição poderia ser a de uma qualquer obra contemporânea, tanto que é no estilo chão que muitos reconhecem a génese da identidade da arquitectura portuguesa.¹⁸ Como salienta ainda Raquel Henriques da Silva em relação ao Mosteiro de São Bento: A potência desta arquitectura, dominada por uma horizontalidade expressiva, alimentava-se da massa construída, uma espécie de contentor operativo em que os discretos elementos de enriquecimento morfológico se salientavam sem imposição. Neles a luz tamisada ou crua de Lisboa embatia sem profundidade, salvaguardando, mais uma vez, que a fortaleza das paredes exteriores eram a marca do carácter do edifício¹⁹.

Para esta historiadora, contudo, no seu projecto de remodelação da fachada, Ventura Terra soube preservar a herança chã do edifício beneditino através da linguagem neo-clássica que traduzia, simultaneamente, a monumentalidade e o carácter de excepção que as Cortes Constitucionais pretendiam para o seu edifício. Curiosamente, o estilo chão

15 Cristino da Silva, Memória Descritiva do Ante-Projecto da Zona de Protecção do Palácio da Assembleia Nacional, Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte (consulta digital).

16 *Idem*, *Ibidem*.

17 Raquel Henriques da Silva, A Casa de S. Bento na Cidade. In Simonetta Luz Afonso, Op. Cit., p. 78.

18 A descrição do estilo chão por Raquel Henriques da Silva encontra ecos na seguinte descrição de Alexandre Alves Costa sobre a arquitectura portuguesa, e, mais especificamente, sobre a forma como adaptámos os modelos internacionais. A descrição de Alves Costa tem, igualmente, a particularidade de salientar os valores que encontramos no mosteiro beneditino, responsáveis pela sua segunda vida. A arquitectura portuguesa é sobretudo construção, espaço de suporte para a acção. Apura-se simplificando-se, comunica antes de mais pela decoração que não interfere nos valores estruturais e mesmo quando aspira a um espaço mais emotivo e dinâmico, como no barroco, contém-se no interior de uma volumetria que não ousa

romper com a simplicidade de uma geometria de volumes puros. Por necessidade de afirmação, de domínio ou marca territorial trabalha a escala e é sobretudo na dimensão e na implantação que assume, como objecto na paisagem construída ou natural, os seus mais expressivos valores formais, Alexandre Alves Costa, *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1995, pp. 31-32 (o itálico é nosso).

19 *Idem*, p. 79.



foi determinante no fazer cidade das cidades do Império Português, de que as cidades históricas brasileiras são a mais notável concretização ²⁰ e, muitos anos após a conclusão das obras da fachada principal, tal como Ventura Terra a havia desenhado, no edifício novo desenhado por Fernando e Bernardo Távora reencontramos essa linguagem abstracta e anónima do fazer cidade. No edifício novo, identificamos o ideal do alçado do quarteirão pombalino, de uma cidade democrática, que tem como princípio a edificação de uma linguagem arquitectónica contrária à do monumento. O edifício novo é parte integrante do tecido a que se une formalmente, evocando inclusive o pedaço de cidade que os frades beneditinos impulsionaram em redor do Palácio, em que, dos vários projectos que estes apresentaram à Repartição das Obras Públicas do Reino, foi construído um conjunto desses corpos segundo o modelo pombalino (de loja no piso térreo e habitação nos quatro andares superiores), que se mantém ainda nos dias de hoje. A arquitectura democrática indiferente ao poder que a ergue, anónima, porque pertence à rua de todos – do edifício novo permite também que o Palácio de São Bento continue a afirmar-se como monumento, mas prevalece, certamente, a ligação com a cidade, que está na origem do pensamento político.

Por fim, gostaríamos de nos debruçar, brevemente, sobre a equivalência estabelecida por Staal entre forma e ideologia e recuperar parte da história política de Portugal a partir do projecto de remodelação de Jean-François Colson e do projecto de Ventura Terra. Nas plantas do projecto de Colson, é evidente a relação entre forma e ideologia da época: o sistema bicameral corresponde a dois anfiteatros, embora de dimensões distintas (face ao número de deputados superior ao número de pares do Reino), colocados simetricamente em relação ao principal eixo de composição da planta pela antiga Igreja, ladeada agora, em ambos os lados, por um conjunto de escadas, coreografando, por conseguinte, os próprios movimentos, ora dos deputados, ora dos pares do Reino (aliás, esta divisão a partir do movimento de cada parte já havia estado presente na adaptação do antigo convento para Palácio das Cortes nas obras da Intendência das Obras Públicas e no projecto de Possidónio da Silva²¹).²² Do projecto de Colson foi apenas construída a Câmara dos Pares (actual Sala do Senado), inaugurada a 3 de Janeiro de 1867, considerada uma bella sala, de certo muito mais moderna do que o espirito que predomina na instituição, como é reconhecido pela maioria dos seus mais illustres membros, que ha muito pensam em levar a cabo uma reforma que hamonise mais aquelle corpo do estado com as tendências.²³

Como denotou o jornalista d *O Occidente*, existe na arquitectura essa possibilidade de ser não só expressão de um espirito da época mas, acima de tudo, de um poder político activo, capaz de empreender uma reforma mútua. De facto, a espacialidade e os elementos de composição da Câmara dos Pares subsistiram a vários sistemas políticos, tendo esta alterado apenas a sua designação e a iconografia na parede por detrás da tribuna presidencial, como poderemos observar nas várias fotografias das respectivas apropriações desta sala.

Um incêndio na Câmara dos Deputados, em 1895, precipitou a consulta a Ventura Terra, que viria a ganhar o concurso lançado pela Direcção dos Serviços de Obras Públicas para uma nova Sala de Sessões dos Deputados e respectivas dependências, com uma proposta que previa o aproveitamento de parte da estrutura preexistente, ocupando o vazio de um dos claustros do antigo mosteiro. A Sala de Sessões, inspirada no anfiteatro da Sorbonne, e a Sala dos Passos Perdidos contígua numa evocação à Gare d’Orsay, ficaram concluídas em Janeiro de 1903, recebendo, no entanto, a primeira cerimónia de relevo a 29 de Abril de 1908, aquando da aclamação do Rei D. Manuel II. De planta semi-circular e disposição em anfiteatro, a sala tinha capacidade para cento e cinquenta logares para deputados, sete para o ministerio, tribuna para

presidencia, bancada para os tachygraphos e tribuna para os oradores. Galerias especiaes para a familia real, para o corpo diplomatico, para as familias do presidente, secretarios e dos senhores deputados, e para a imprensa. Uma galeria reservada para trezentos logares, e outra para o publico com quinhentos ²⁴. À semelhança da Câmara dos Pares, as qualidades arquitectónicas da Sala de Sessões mantiveram-se ao longo das várias legislaturas, denotando-se as alterações do sistema político pela iconografia e, sobretudo, pela apropriação do espaço pelos corpos. No Estado Novo, os quinhentos lugares permanecerão vazios (com excepção das cerimónias solenes) e os corpos, nos seus gestos, desprendem-se dos vínculos ao poder de decisão, que fica durante esse tempo fechado no gabinete do Presidente do Conselho. Mais expressivas revelam-se nos as fotografias após a revolução de 25 de Abril de 1974: a Sala de Sessões fervilha, as ruas são pequenas para a multidão, o espaço público renasce! O verdadeiro fim da república, parafraseando Espinosa, é a liberdade e o da arquitectura, acrescentamos, é ser espaço vivo, expressão também ele de uma liberdade de apropriação, de igualdade e de comunidade, para cumprir o seu desígnio político.

20 *Idem*, p. 78.

21 Veja-se, por exemplo, José-Augusto França, *O Palácio de S. Bento*. Lisboa: Assembleia da República, 1999, p. 67.

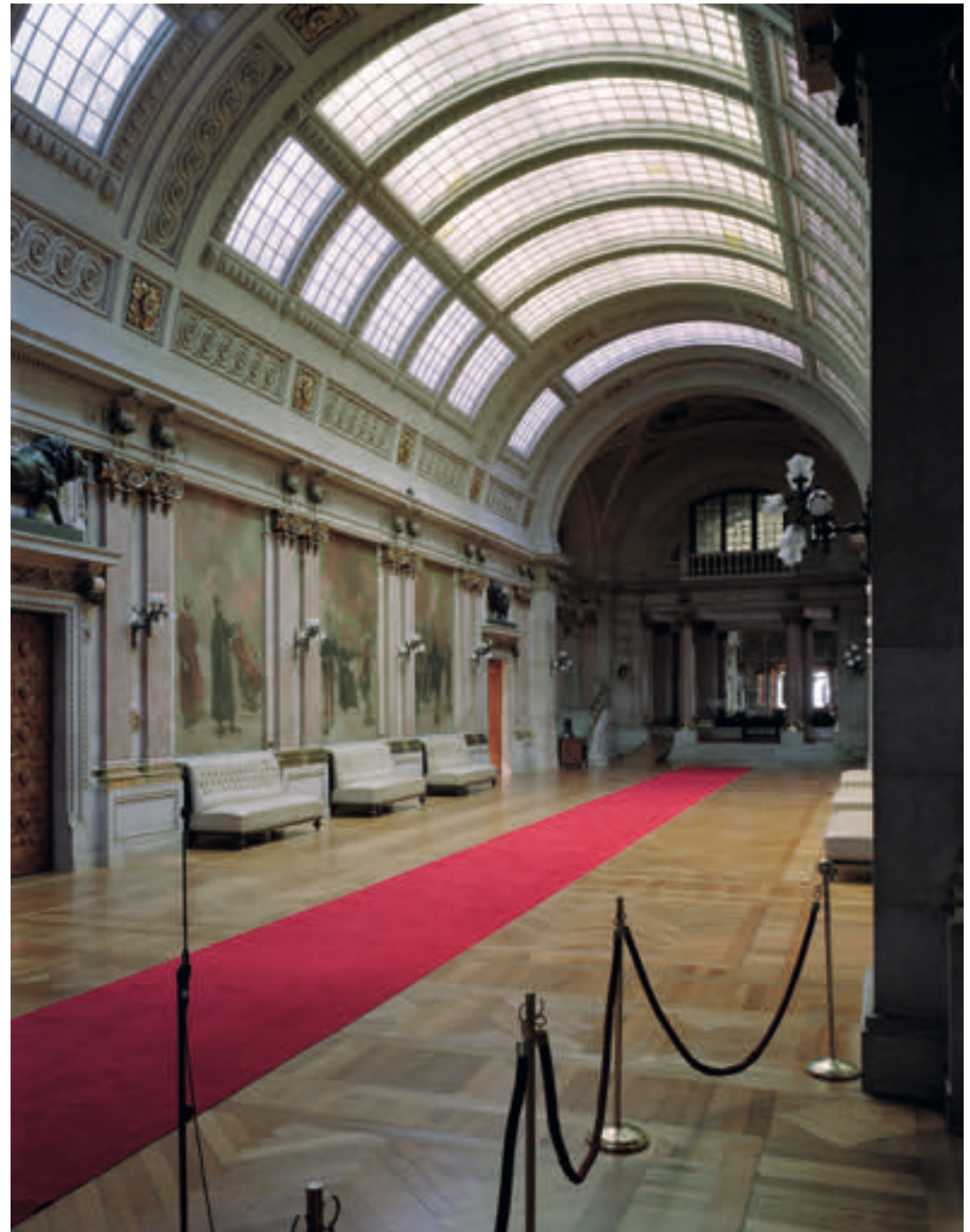
22 Para mais detalhes sobre o projecto de Colson veja-se Simonetta Luz Afonso e Cátia Mourão, *Os Espaços do Parlamento: Da Livraria das Necessidades ao Andar Nobre do Palácio das Cortes*, *Op. Cit.*, pp. 39-44.

23 *O Occidente* (Vol. I, N.º2, 15 de Janeiro de 1878) *apud* Simonetta Luz Afonso e Cátia Mourão, *Idem*, p. 47.

24 *Idem*, p. 63.



▲ #Mfc628.7 f32/12segs. 15:42hr 26.01.2018
Paulo Catrica



▲ #Mfc625.14 f22.5/4:30min. 17:14hr 22.01.2018
Paulo Catrica



The Assembly of the Republic as a possible testing ground of the relations between space and power

Susana Ventura

‘Under every dominion the state is said to be Civil; but the entire body subject to a dominion is called a Commonwealth, and the general business of the dominion, subject to the direction of him that holds it, has the name of Affairs of State. Next we call men Citizens, as far as they enjoy by the civil law all the advantages of the commonwealth, and Subjects, as far as they are bound to obey its ordinances or laws’

– Spinoza, *Tractatus Politicus*.¹

‘When a Greek speaks of *polis* he intends, first of all, to indicate the abode, the residence, the place in which a certain *genos*, a particular race, a people (*gens/genos*) has its roots. [...] The polis is the place where a certain people, specific in respect to traditions and customs, has its seat, resides, where they have their own ethos. (...) This ontological and genealogical specificity of the term *polis* is not present in the Latin term *civitas*. [...] *Civitas* is a term derived from civilians, thus to some extent it arises as a product of *cives* when they meet in the same place and submit to the same laws. [...] For the Romans the *civitas* is always what is produced by the meeting of several persons under the same laws, beyond any ethnic or religious specificity’

– Massimo Cacciari, *A cidade*.²

Unless otherwise indicated,
all translations were provided by
Casa da Arquitectura.

- 1 Translation in English by the University of Adelaide, retrieved from <https://ebooks.adelaide.edu.au/s/spinoza/benedict/political/complete.html>. Espinosa, *Tratado Político*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2008, p. 93. Spinoza's *Tractatus Politicus*, left unfinished by his death on 21 February 1677, was meant to clarify and update some of his assertions in the previous *Tractatus Theologico-Politicus*.
- 2 Massimo Cacciari, *A Cidade*. Barcelona: Gustavo Gili, 2010 [2004], pp. 9-10.



► Conclusão das obras na fachada principal /
Completion of the works on the main façade

Diário de Notícias
5 de Maio de 1938 / 5 May 1938
Sem especs. / No specifications
Colecção / Collection:
Arquivo Histórico Parlamentar
(Historical Parliamentary Archives)

Bento de Spinoza, in his *Political Treatise*, employs the Roman sense of city (*civitas*) to refer to a set of citizens inhabiting the same place (gozam as comodidades [enjoy the comforts]) and submits to the same laws, expression of the sovereign power.³ Interestingly, in thinking about the city, Massimo Cacciari chooses to clarify the differences between the Greek polis, which designated a specific ethnic group (the city-state was always of the same ethnicity), and the dynamic concept of Roman *civitas* as a ‘confluência de elementos diferentes, de tradições e línguas diferentes [confluence of different elements, of different traditions and languages]’⁴, the latter of which is especially present in what today we call the European city. Nós, de facto, concebemos a cidade como lugar para onde as pessoas confluem ao aceitarem e obedecerem a uma lei [We, in fact, conceive the city as a place where people come together to accept and obey a law].⁵

A century after Spinoza’s *Political Treatise*, Rosseau, in his *Social Contract*, curiously regrets that the sense of the city was disappearing entre os modernos [in modern times]⁶, reminding us how que as casas fazem a urbe (*ville*), mas os cidadãos fazem a cidade (*cit e*) [houses make the city (*ville*), but Citizens make the City (*cit e*)].⁷ This misperception, however, has allowed many architects

to claim a political root for the city as an urban form which they mean to refer to the Greek *polis*, from which the words *politik e* (politics in general) and *politik os* (with respect to the polis inhabitants). However, in the Greek polis, the bond lay with blood, and not law. Archaic meanings aside, our formulation seeks to take advantage of the ambiguity that has been built around the idea of a city in which it is not only the law that governs and unites its citizens, which defines its political being; but also the space and the shape of the buildings comprising it.

The building of the current Assembly of the Republic, seat of the Portuguese Parliament, is an excellent example, having been the set and stage to successive political systems. It interests us in ascertaining how these different political systems may have conditioned the building’s form (paying simultaneous attention to both its composition and architectural organisation, and to the appropriation and use of its spaces, whether of a functional or symbolic nature), the space that defines it and the space it itself defines in the city where it is inserted. The history accumulated on it, which crosses important social and political movements from the constitutional monarchy to the full-fledged conquest of freedom – and secular and contemporary architectural languages from its plain style to its reinvented modernism, stimulates an

understanding that should not be limited to a succession of events; an understanding that seeks to define the very meaning of what the political space in our present is although we are aware that the set of questions we intend to pose still reflects only a small part of this understanding.⁸

In a recent text, Jonas Staal, a Dutch artist, explains the relationship between form and ideology from the example of democratic confederalism or stateless democracy emerging in the Autonomous Region of Rojava after this Kurdish area separated itself from the Assad regime. For Staal, it is a question of thinking of a new form of parliament as a choreographic space where, instead of the traditional parliament, where the decisions of a governmental power are rehearsed (often according to scripts), there is a stateless democracy whose decisions come from the community’s collective participation. In a way, it is at this point that architecture is the expression of an ideology, by which we mean that both architecture and ideology are mutually founded and constructed (architecture becomes part of the process of collective participation, and a performative actor as well). When Rojava declared its autonomy from the Assad regime, the infrastructures of the old regime lost their form, which united them as expressions of that power. Exercising a stateless democracy deprived all governmental structures of meaning, as forms themselves meta-

morphosed to create suitable spaces for the community: the ancient monuments to Assad and his father became monuments to the martyrs and thinkers of the new revolution, military buildings became schools, municipal parliaments were occupied by communities and cooperatives.

Ideology changed the nature and meaning of form, Staal writes.⁹

Working together with the Kurdish revolutionaries, Staal and his New World Summit organisation have created a new parliamentary building which, in its form, intends to express the ideological propositions of the new political system: self-governance, gender equality, right to self-defence and communal economy. Interestingly, the Rojava community wanted to bring into the form of their parliament the origins of democracy, which they identified with the Greek agora, as the place where politics was born (we should highlight their ignorance of the original sense of *polis*, given that the Rojava community attests to the diversity present in the region, simultaneously communicating in Assyrian, Arabic and Kurdish), and to assert parliament as communal space in itself. Staal and his organisation came up with a semi-spherical shape, in an attempt to shift the power of a centre and place all the assembly’s participants in an egalitarian position. They inscribed, in every element of their design, the different values in which the

3 To Spinoza, political power is a feature of the nature of the human being who, faced with the impossibility of surviving in isolation, combines his individual potency with that of others in order to find a common power - not porque tenha na origem uma unanimidade das vontades individuais, ou sequer da sua maior parte, mas por congregarem si for a bastante para se impor commumente a todos [not because of an unanimity of every individual will, or even most of them, but for gathering in itself enough strength to impose itself on all of them]; in dictatorships, this power lies in the hands of only um indivíduo capaz de lançar o medo sobre todos os outros que passam a obedecer-lhe [an individual capable of casting fear upon all others, who then obey

him]. Diogo Pires Aurélio, Potência e Direito, Introdu o ao *Tratado Político* de Espinosa, *Op. Cit.*, p. 21.

4 Cacciari, *Op. Cit.*, p. 14.

5 *Idem*, p. 24.

6 Translation in English by the University of Adelaide, retrieved from https://ebooks.adelaide.edu.au/rousseau/jean_jacques/r864s/

7 Translation in English by the University of Adelaide, retrieved from https://ebooks.adelaide.edu.au/rousseau/jean_jacques/r864s/. Note from translator Diogo Pires Aurélio to Spinoza’s *Political Treatise*, *Op. Cit.*, p. 214.

8 The work, which Casa da Arquitectura aims to carry out in order to create an important database by bringing together projects from different institutions, will certainly open several lines of research in this field.

9 Jonas Staal, Ideology = Form. *In e-flux journal*, No. 69, January 2016.

new political system is based. The phrases confederalism, gender equality, and communalism are written along the circular arcs in the three languages, while on the cover of the dome are hung various fragments of hand-painted flags of the various organisations involved in the liberation process.

This recent example allows us to draw back to a dream born of the Liberal Revolution of 1820, from which the first Portuguese Constitution was created, in 1822 (an event whose pictorial allusion, by José Veloso Salgado, stands above the Portuguese Parliament), and to understand better how the form (understanding it as Staal does, which also includes the choreography of the bodies and their actions, and iconography) reveals the ideas underlying a given political ideology, and how this interdependence can determine, in turn, the relationship between political power and the city.

We recognise some ideas that test our hypothesis in the building of the Assembly of the Republic¹⁰, starting with the foundation of the Monastery of São Bento da Saúde in 1598 – which, first of all, expresses religious power in sixteenth century Lisbon, whose proximity to the royal power was unquestionable; and territorial power as well. From the beginnings of the existence of monastic life, monasteries and convents were respon-

sible for the organisation of the territory and, in the great cities, for the development of the urban fabric around them. It was of interest to the Benedictine friars to have a monastery near the centre of the city and, above all, the riverside frontage where many houses of the Nobility and various workshops and commercial activities were then located – unlike the first monastery built by the Order in Lisbon, minor in dimensions and in impact on the landscape, located in what became the neighbourhood of Estrela.

Como quer que o primeyro Mosteyro que o nosso Padre Reformador edificou em Lisboa era muy pequeno em sy, & tinha a seruentia algum tanto dificultosa assim no inuerno, como tãobem no verão por respeyto da calma, ordenou a Religião, que se fundasse outro Mosteyro mais perto da Cidade pera mayor commodidade do pouo ao pee da calçada sobredita. Principiouse no anno de 1598, sendo Geral nosso Padre *Frey Balthezar de Braga* no seu segundo trienio, fez a traça o famoso Architeto *Balthezar Aluares*. () Quem vir este Mosteyro acabado, & perfeyto, pello que agora julgamos da traça, & de seus principios, bem creio, que o pora entre os mais insignes, & de mayor magestade que há em Hespanha' ['As the first Monastery that our Reformer built in Lisbon was too small, and difficult to access in winter as well as summer, the Religion commanded, for the sake of [public] peace, that another Monastery be built, nearer the

¹⁰ These ideas are presented over four sections in the exhibition *A Casa da Democracia: entre Espaço e Poder* [The House of Democracy: Between Space and Power].



City, for the better use of the people in the vicinity of the aforementioned road. It was begun in the year 1598, when Father Balthezar of Braga was Father General in his second triennium, with the project by the famous Architect Balthezar Aluares. (...)Whomsoever sees this Monastery finished, and perfect, from what we now judge of the design and of its principles, I very well believe would rank it among the most distinguished and greatest in majesty, of all those that exist in Spain’].¹¹

The project was very clear in its territorial and architectural ambitions, which likewise translated themselves into a scale and form that were singular in the Iberian context. The original project by Balthazar Álvares of which some depictions are known, made years later by one of the monks of the order began with a square plan, whose scale we can imagine by the size of the existing main façade. It contained four cloisters and, in spite of the incomplete layout only two of the cloisters were built, and part of the building that surrounds them on both sides, the main body of the building became a reference in the landscape, thus determining a growing urbanisation in its proximity. This characteristic allows us to inquire about the very genesis of the metropolitan space (our present space), in which reference bodies or building-bodies (inherited from the urban space, of which the monastery was founder) transcend

limits, along the lines of its own movement¹², which suggests the rapid consolidation of built space and the conversion of the area of São Bento into an important centre of urban life – a conversion which was later reinforced by the transformation of the inactive monastery into Palácio das Cortes (Palace of the Cortes), after the decree of commission for ecclesiastical reform that extinguished the religious orders in 1833. This appropriation is part of the amendment and change of powers which cannot, however, be reduced to a functional reading, which has emphasised the dimensions of the buildings as being adequate to the necessary functions parliamentary life, namely for the installation of the Chamber of Peers and the Chamber of Deputies (at the time of its adaptation, the Constitution defined a bicameral system). The location of the extinct monastery, near the Palácio das Necessidades, where the royal family resided at that time; and the consolidation of the urban network reinforced with the area’s conversion, after the 1755 earthquake, as an alternative to the Baixa –, certainly also weighed in the choosing of this place as a new centre of political power and expression of the values affirmed in the Constitution. These factors, however, seem circumstantial to us, when we foresee another possibility (precisely one that can give us an indication of a Benedictine perspective on the relation between space and power).

11 Description of the Monastery of São Bento da Saúde by Friar Leão de São Tomás, in 1644. In Afonso, Simonetta Luz (coor.); *Os Espaços do Parlamento: da Livraria das Necessidades ao Andar Nobre do Palácio das Cortes, 1821 – 1903*. Lisboa: Assembleia da República, 2003, p. 103.

12 Massimo Cacciari describes how a hierarchy exists between buildings in metropolitan space, in which ‘todo o corpo-edifício de referência é chamado a desempenhar uma tarefa definida, tem qualidades e propriedades específicas. Deste ponto de vista, o espaço metropolitano não difere substancialmente do espaço urbano - a não ser pelo facto de transcender os velhos limites, lançando-se ao longo das direções do seu movimento [the body

of the building in reference is called to perform a definite task, and has specific qualities and properties. From this point of view, the metropolitan space does not differ substantially from the urban space - except for the fact that it transcends the old limits, throwing itself along the of its own movement]. Cacciari, *Op. Cit.*, p. 46. Apropósito, Cacciari recalls: A evolução no sentido da metrópole foi possível porque o ponto de partida da cidade europeia não foi a *pólis* grega, mas a *civitas* romana. A nossa ideia de cidade é totalmente romana, é *civitas mobilis augescens*, facto fundamental como demonstra a transformação urbanas, das revoluções políticas que têm a cidade como centro [‘The evolution towards the metropolis was possible because the starting

point of the European city was not the Greek *polis*, but the Roman *civitas*. Our idea of city is totally Roman, it is *civitas mobilis augescens*, a fundamental fact attested to by the urban transformation of political revolutions that have the city as centre], *Idem*, p. 30.

In Filipe Folque’s 1882 topographical map of Lisbon, an indication of improvements or projects for various areas of the city is overlaid in red. This overlay especially reflects the desire to transform the Palace of Cortes into an urban centre, from which several avenues would be opened, including the Avenue of the Legislative Palace, which would link the Palace to the riverside front (a foreshadowing, which appeared in several projects, of what would later become the present Dom Carlos Avenue). At the end of the 19th century, the Palace of the Cortes was undoubtedly a centre of power in the city of Lisbon, or an assemblage: An assemblage, in its multiplicity, necessarily acts on semiotic flows, material flows, and social flows simultaneously.¹³ Assemblage, as conceived by Deleuze & Guattari, has two sides, one belonging to the abstract machine of desire, whose ultimate goal is the connection of different lines of flight and consequent creation of multiplicities or heterogeneous forms (An assemblage is all the closer to the abstract machine the more lines without contour passing between things it has, and the more it enjoys a power of metamorphosis¹⁴) and another territorializing side, present, for example, in the state apparatus, in which the connections stop producing creative lines to form successive strata, losing the power of metamorphosis and falling into the established (the side that determined the need for an

13 Gilles Deleuze & Félix Guattari, *Capitalism and Schizophrenia 2: A Thousand Plateaus*. London, New York: Continuum, translation by Brian Massumi, 2004 [1972] p. 25.

14 *Idem*, p. 564.

15 Na ausência de um poder democrático, sem autoridade, com uma Administração Pública e umas Forças Armadas divididas e instáveis, sem legitimidade comprovada, sem uma legalidade indiscutível, foi esta Constituição que preservou a democracia. Que a criou. Saída de um golpe, a Constituição conseguiu estabelecer um equilíbrio entre as suas fontes tão diversas e entre as forças políticas emergentes. A construção política e jurídica da Constituição ficou a dever a inspiração à democracia, ao

corporativismo, ao comunismo, ao socialismo, à social-democracia, à democracia cristã e às experiências de ditaduras de desenvolvimento e de autocracias do Terceiro Mundo. Sem esquecer a cooperativa e a autogestão. Foi, paradoxalmente, graças a esta mistura que a Constituição nos protegeu de várias tentativas despóticas que espreitavam. O texto é um emaranhado inacreditável de dispositivos de defesa perante os perigos que, reais ou fictícios, todos os partidos anteviam. Tratava-se de tornar impossível o regresso ao fascismo e ao corporativismo, de evitar o comunismo, de proteger a República contra o Sidonismo e de contrariar as veleidades dos militares do MFA. Procurava-se evitar as armadilhas da democracia parlamentar, formal

e burguesa, dando assim lugar a novos poderes (dos militares ou dos sindicatos de trabalhadores) que fossem capazes de se sobrepor aos direitos e poderes dos cidadãos. Esperava-se eliminar ou conter o caciquismo local e regional, assim como os poderes da Igreja. Tentava-se criar um regime de socialismo avançado e de estabelecer todos os novos direitos dos cidadãos imagináveis. Proclamava-se a sociedade sem classes e o primado do colectivo sobre o indivíduo. Desejava-se criar um regime eterno, com uma Constituição intocável, isto é, cujas principais disposições não seriam jamais corrigidas, revogadas ou revistas! [In the absence of a democratic power, without authority, with a Public Administration and a divided and unstable Armed Forces,

institutional facade, out of step with the architectural language of his time).

On the side of the abstract machine was definitely the architectural model of the Benedictine friars who, with the boldness of their territorial scale and their design, managed to transform the whole territory around them, to create a unique urban life (predecessor to the metropolitan space) which would last until the Estado Novo. This regime, an absolute form of state apparatus, finally eliminated the existence of a public space, reclaimed when another line of flight took on the mantle of political power (revolutions are always machinic assemblages whose origins lie in the abstract machine and which, due to the side of the assemblage directed towards the stratification, therefore imply a reterritorialization which is not always easy: the Portuguese Constitution of 1976 is an expression of this ‘schizophrenia’, as António Barreto revealed it¹⁵).

We can also establish a direct relationship with the successive political systems through the form and appropriation of the public space. Interestingly, when the Benedictine monastery was transformed into the Palace of the Cortes, and before we witness the annihilation of the public space by the Estado Novo, all demonstrations – whether of opposition, protest or celebration – were carried out and conducted as though transversely to

the building's main façade, precisely because of its topographic and urban condition through several interwoven paths with stairs, that crossed the accentuated slope next to the Palace. The Palace shared the city's public space and stimulated urban life, further reinforced by the presence of the São Bento market, on the side facing the homonymous street. It did it almost anonymously, were it not for its symbolic character which had in the meanwhile begun to be asserted by the beautification works on the main façade.

During the Estado Novo, Cristino da Silva's project eliminated any expression of urban life in the public space. It designed a Protection Zone of the Palace of the National Assembly (Zona de Protecção do Palácio da Assembleia Nacional), as the project was entitled, in order to obtain a vast building of grandiose aspect designed to promote the Palace of National Assembly as much as possible¹⁶, demolishing, even, the market of São Bento, which the architect considered unaesthetic.¹⁷ Cristino da Silva's project for public space uses architecture and its design as instruments of submission and control of the city's political space. And the promotion of the Palace proved to be equal to the promotion of a historical monument, which, to some extent, seemed to be adequate for the death to which the Estado Novo consigned Parliament.

A similar end was reserved for the main façade of the old Benedictine monastery, which, according to many historians, was one of the best examples of the Portuguese *plain architecture* style. In the words of Raquel Henriques da Silva: Estes monumentos são peças maiores da arquitectura portuguesa que, sem nos determos nas suas significativas diversidade estilísticas, definem o essencial do nosso Maneirismo, também, designado, desde o estudo pioneiro de Georges Kubler, por *estilo chão*. Simplificando muito, ele caracteriza-se por uma expressiva valorização das massas construídas, geometrizadas e pouco ornamentadas, por uma unificação dos espaços internos e, interna e externamente, por uma austera e subtil utilização da luz como recurso plástico [These monuments [referring to a group of works by Balthazar Álvares, including the monastery of São Bento] are major pieces of Portuguese architecture that, without dwelling on their significant stylistic diversity, define the essential of our Mannerism, also called, since Georges Kubler pioneering study, *plain style [estilo chão]*. To put it simply, it is characterized by an expressive appreciation of the building blocks, geometrized and sparsely decorated, by a unification of the internal spaces and, internally and externally, by an austere and subtle use of light as a plastic resource].¹⁸ This description could fit any contemporary work, so much so that many recognise the

without proven legitimacy, without undeniable legality, it was this Constitution that preserved democracy. That created it. After a coup, the Constitution managed to strike a balance between its many diverse sources and emerging political forces. The political and legal construction of the Constitution was inspired by democracy, corporatism, communism, socialism, social democracy, Christian democracy, and the experiences of development dictatorships and Third World autocracies. Without forgetting the cooperative and self-management. It was, paradoxically, thanks to this mixture that the Constitution protected us from various despotic attempts lurking about. The text is an unbelievable tangle of defence mechanisms against dangers that,

real or fictitious, all parties foresaw. It was about making it impossible to return to fascism and corporatism, to avoid communism, to protect the Republic against Sidonism, and to counteract the fancies of the MFA's military. It sought to avoid the pitfalls of parliamentary, formal and bourgeois democracy, thus giving rise to new powers (military or labour unions) that were able to override the rights and powers of citizens. It was hoped that it could eliminate or contain local and regional *caciquismo*, as well as the powers of the Church. An attempt was made to create a regime of advanced socialism and to establish all the new imaginable rights of citizens. The society without classes and the primacy of the collective over the individual were proclaimed.

What was wanted was the creation of an eternal regime, with an untouchable Constitution, that is, whose main provisions would never be corrected, revoked or revised]. António Barreto, Em Defesa de uma Constituição positiva e simples. In *Observador*, 22 April 2015.

- ¹⁶ Cristino da Silva, Memória Descritiva do Ante-Projecto da Zona de Protecção do Palácio da Assembleia Nacional, Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte (digital reading).
- ¹⁷ *Idem, Ibidem.*
- ¹⁸ Raquel Henriques da Silva, A Casa de S. Bento na Cidade. In Simonetta Luz Afonso, *Op. Cit.*, p. 78.



genesis of the identity of Portuguese architecture in the *plain style*.¹⁹ As Raquel Henriques da Silva further points out, regarding the Monastery of São Bento: A potência desta arquitectura, dominada por uma horizontalidade expressiva, alimentava-se da massa construída, uma espécie de contentor operativo em que os discretos elementos de enriquecimento morfológico se salientavam sem imposição. Neles a luz tamisada ou crua de Lisboa embatia sem profundidade, salvaguardando, mais uma vez, que a fortaleza das paredes exteriores eram a marca do carácter do edifício [The power of this architecture, dominated by an expressive horizontality, was fed by the edification's mass, a kind of operative container in which the discrete elements of morphological enrichment stood out without imposition. Lisbon's sifted or raw light would strike them with no depth, safeguarding, once again, that the fortress of the outer walls were the mark of the building's character].²⁰

For this historian, however, in his plan to remodel the façade, Ventura Terra knew how to preserve the legacy of the Benedictine building through the neo-classical language, which simultaneously translated the monumentality and the exceptional character that the Constitutional Cortes intended for their building. Curiously, the *plain style* was determinant in the *fazer-cidade* [city-making]

of the cities of the Portuguese Empire, de que as cidades históricas brasileiras são a mais notável concretização [Of which the Brazilian historical cities are the most remarkable materialisation]²¹ and, many years after the conclusion of the works of the main façade, such as Ventura Terra designed in the new building, designed by Fernando and Bernardo Távora, we find again this abstract and anonymous language of *fazer cidade*. In the new building, we can identify the ideal of the design of the Pombaline quarter, of a democratic city, whose principle is the construction of an architectural language contrary to that of the monument. The new building is an integral part of the fabric to which it is formally joined, an evocation, even, of the piece of the city that the Benedictine friars fostered around the Palace a piece where, of the many projects they presented to the Kingdom's Ministry of Public Works, a group of buildings was put up according to the Pombaline model (shops on the ground floor and housing on the four upper floors), which still remains today. The new building's architecture, democratic – indifferent to the power that erects it and anonymous because it belongs to the street of all also allows for the Palace of São Bento to continue to assert itself as a monument. Its connection with the city, however, at the origin of political thought, certainly prevails.

19 The description of the *plain style* by Raquel Henriques da Silva has echoes in Alexandre Alves Costa's following description of Portuguese architecture, and specifically on how we have tried to adapt international models. Alves Costa's description also has the particularity of emphasising the values that could be found in the Benedictine monastery, and which were responsible for his second life. A arquitectura portuguesa é sobretudo construção, espaço de suporte para a acção. Apura-se simplificando-se, comunica antes de mais pela decoração que não interfere nos valores estruturais e mesmo quando aspira a um espaço mais emotivo e dinâmico, como no barroco, contém-se no interior de uma volumetria que não ousa romper com a simplicidade de

uma geometria de volumes puros. Por necessidade de afirmação, de domínio ou marca territorial trabalha a escala e é sobretudo na dimensão e na implantação que assume, como objecto na paisagem construída ou natural, os seus mais expressivos valores formais' [Portuguese architecture is mainly construction, a supporting space for action. It is refined through simplification, communicated first and foremost by a decoration that does not interfere with structural values; and, even when it aspires to a more emotive and dynamic space, as in the Baroque, it is contained within a volumetry that dare not break with simplicity of a geometry of pure volumes. By necessity of affirmation, of dominion or territorial characteristic, it works the scale

and it is mainly in the dimension and the implantation that assumes, as object in the constructed or natural landscape, its most expressive formal values]. Alexandre Alves Costa, *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1995, pp. 31-32.

20 *Idem*, p. 79.

21 *Idem*, p. 78.

Finally, we would like to briefly discuss Staal's equivalence between form and ideology and recover part of Portugal's political history through Jean-François Colson's remodelling project and Ventura Terra's project. In Colson's plans, the relation between form and the ideology of the time is evident: the bicameral system corresponds to two amphitheatres, though with different dimensions (as the number of deputies was superior to the number of peers of the Kingdom), placed symmetrically in relation to the main axis of the plan by the old Church, now flanked on both sides by a set of stairs, choreographing, therefore, the movements themselves, now of the deputies, sometimes of the peers of the Kingdom (incidentally, this division from the movement of each of the Cortes' parts had already been present in the adaptation of the old convent to Palace of the Cortes, in the works of the Intendence of Public Works and in Possidónio da Silva's project²²).²³ Of Colson's project, only the Chamber of Peer (Câmara dos Pares, presently the Hall of the Senate [Sala do Senado]) was built. It was inaugurated on 3 January 1867, and it was considered *uma bella sala, de certo muito mais moderna do que o espirito que predomina na instituição, como é reconhecido pela maioria dos seus mais illustres membros, que ha muito pensam em levar a cabo uma reforma que hamonise mais aquelle corpo do estado com as tendências* [A beautiful room,

much more modern than the spirit which prevails in the institution, as recognised by most of its most illustrious members, who have long thought of carrying out a reform that would harmonise that body of state with the [current] tendencies].²⁴ As the journalist of *O Occidente* has pointed out, there is in architecture the possibility of being not only an expression of a zeitgeist but, above all, an active political power capable of undertaking a mutual reform. In fact, the spatiality and the elements of composition of the Chamber of Peers endured in several political systems, which changed only its designation and the iconography on the wall behind the presidential gallery, as we will be able to see in the various photographs of the room's respective appropriations.

A fire in the Chamber of Deputies in 1895 precipitated the consultation of Ventura Terra, which would win the competition launched by the Public Works Services Directorate for a new Chamber of Deputies and its dependencies, with a proposal that provided for the use of part of the preexisting structure, occupying the emptiness of one of the cloisters of the old monastery. The Hall of Sessions (Sala das Sessões), inspired by the Sorbonne's amphitheatre, and the Hall of Lost Steps (Salão dos Passos Perdidos) next to it, an evocation of the Gare d'Orsay, were completed in January 1903 although they only saw their first important ceremony

22 See, for example, José-Augusto França, *O Palácio de S. Bento*. Lisboa: Assembleia da República, 1999, p. 67.

23 For more details on Colson's project, see Simonetta Luz Afonso e Cátia Mourão, *Os Espaços do Parlamento: Da Livraria das Necessidades ao Andar Nobre do Palácio das Cortes*, *Op. Cit.*, pp. 39-44.

24 *O Occidente* (Vol. I, N.º2, 15 de Janeiro de 1878) *apud* Simonetta Luz Afonso e Cátia Mourão, *Idem*, p. 47.

on 29 April 1908, with the acclamation of King D. Manuel II. With a semi-circular layout and an amphitheatre arrangement, the room provided cento e cincoenta logares para deputados, sete para o ministerio, tribuna para presidencia, banca para os tachygraphos e tribuna para os oradores. Galerias especiaes para a familia real, para o corpo diplomatico, para as familias do presidente, secretarios e dos senhores deputados, e para a imprensa. Uma galeria reservada para trezentos logares, e outra para o publico com quinhentos' ['One hundred and fifty seats for deputies, seven for the ministry, a rostrum for the presidency, a bench for the stenographers and a rostrum for the speakers. Special galleries for the royal family, for the diplomatic corps, for the families of the president, secretaries and deputies, and for the press. A reserved gallery for three hundred seats, and another one for the public with five hundred].²⁵ Like the Chamber of Peers, the architectural qualities of the Hall of Sessions lasted throughout the various legislatures, with changes in the political system demonstrated through iconography and, above all, the appropriation of space by the bodies. During the Estado Novo, the five hundred seats will remain empty (with the exception of solemn ceremonies) and the bodies in their gestures detach themselves from the ties to the decision-making power, which during that time remains confined in the Office

of the President of the Council. More expressive are the photographs after the revolution of April 25, 1974: The Hall of Sessions is buzzing, the streets are too small for the crowd, the public space is reborn! The true aim of the republic, to paraphrase Spinoza, is freedom. That of architecture, we would add, is to be a living space, it too expressing a freedom of appropriation, equality and community, to fulfil its political purpose.

25 *Idem*, p. 63.